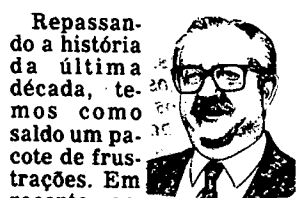


O Brasil continua como o país do paradoxo e da imprevisibilidade

27 NOV 1990

GAZETA MERCANTIL

Milton Fett *



Repassando a história da última década, temos como saldo um pacote de frustrações. Em recente ensaio, o economista José Serra faz com rara propriedade um inventário dessa coleção de malfadadas experiências registradas no interregno de dez anos: "Na média de uma vez a cada ano e meio, o País passou por sete planos de estabilização da moeda e treze políticas salariais diferentes. As regras do câmbio mudaram dezessete vezes, as regras para controle de preços sofreram 53 alterações. Os planos para encaminhar o problema da dívida externa foram vinte e os projetos de austeridade e cortes nos gastos públicos somaram dezoito decretos. Nesse período, o cidadão brasileiro conheceu quatro moedas diferentes e calculou a desvalorização do dinheiro por dez índices variados".

Face a esse disparate na condução da política econômica, constatamos lamentavelmente que a Nação passou a ser cobaia de um sombrio laboratório de experiências. De concreto, esses experimentos têm apenas contribuído para agravar nossos problemas, a mostrar que não há fórmulas mágicas para resolver questões históricas. Fica patente também que não será com base no intervencionismo estatal na economia que haveremos de lograr bom termo do nosso processo de desenvolvimento. Como também fica definitivamente claro que problemas econômicos não serão resolvidos com o congelamento de preços e salários, com o confisco do boi no pasto, com a prisão de comerciantes e muito menos com arroubos grandiloquentes que imputam aos empresários todas as mazelas da nossa economia.

A verdade é que não é de hoje que nós, empresários, viemos pregando a necessidade de modernização do País nos seus mais variados e amplos setores. Temos insistido na tese da livre iniciativa, do livre mercado e da inserção do Brasil na economia internacional.

A par desses aspectos temos alertado diariamente para o fato de que a excessiva intervenção estatal acaba por abastardar o processo econômico. Essa forma arcaica de conduzir os negócios públicos tem produzido ao longo da nossa história a pior praga que se chama déficit público. Sem a eliminação das causas dessa doença que corrói nosso tecido social, toda política de combate à inflação repetirá a coleção de fracassos dessa década.

A tendência mundial sinaliza novos rumos para a organização econômica, sobrepondo-se à teoria que receita um estado maximalista. É exatamente nesse momento histórico que as ciências econômicas assinalam o bicentenário da morte de Adam Smith.

Enquanto os países do Leste mantinham, sob castrição das liberdades divinis, o denominado "socialismo real", manifestado pelo gigantismo estatal, a pregação liberal era torpedeada com exemplos fun-

dados na eficácia do modelo estatizante. Entretanto, a falência do "socialismo real", protagonizada pela histórica queda do Muro de Berlim, deixou para o mundo, como exemplo irrefutável, que as teses do liberalismo, calcadas no pensamento de Adam Smith, continuam muito vivas.

Não seria, portanto, exagero afirmar que os países até então ditos comunistas vivenciam mais uma revolução, como também é verdade que as concepções gerais de organização da sociedade passam por radicais transformações. Neste fim de século assiste-se a rápidas alterações nos pensamentos políticos, sociais e econômicos. Os próximos decênios mostrarão o real alcance das mudanças que estamos a testemunhar.

Ora, é claro que face a essas mutações o Brasil não poderia ficar parado no tempo e no espaço, atrelado a um comportamento atávico, fechado ao ímpeto da nova onda modernizante que marca o alvorecer do terceiro milênio da Humanidade.

Há mais de uma década que a miragem do Brasil-potência se desfez. Diluiu-se no ar viciado do protecionismo, do cartorialismo e da funesta prática perdulária do Estado. Exauriu-se o modelo de desenvolvimento liderado pelo Estado e todo o seu complexo intervencionista, o que corrobora a pregação do empresariado consciente deste país.

Pois bem, inauguramos o início dos anos 90 festejando, depois da primeira eleição livre e direta à Presidência da República nos últimos trinta anos, a posse de um novo presidente da República, já sob os efeitos da nova Constituição erigida a partir de uma Assembleia Nacional Constituinte. Sob o epíteto de "Brasil Novo", estamos, mais uma vez, experimentando um novo plano econômico. Pela profundidade e alcance das medidas tomadas com base nesse plano articulado pelo governo, parece que finalmente se tenta desregulamentar a economia e expô-la às forças que regem o mercado, às quais aludimos e defendemos.

Não obstante a procedência dessas medidas numa visão macro da economia, as quais ocasionaram natural perplexidade nos seus primeiros momentos, registramos atualmente algumas incertezas e temores. O súbito retorno da inflação, as altas taxas de juros criam novamente o espectro da sinistrose, desestimulando os agentes econômicos.

Estranhamente, o filme se repete. Há algumas semanas, em função das adversidades surgidas na execução do plano, decidiu-se encontrar um culpado. Desta feita, nenhum supermercado foi fechado, como também os bois permaneceram nos pastos. O Judas da economia desta vez foi detectado no empresário.

Consideramos essa prática defensiva, de procurar bodes expiatórios, uma infeliz insensatez. Primeiro, porque se reveste de profunda injustiça e, segundo, porque provoca sabidamente a desarticulação e o desânimo das forças produtoras, cujos efeitos psicológicos são imprevisíveis.

O que se sabe é que as causas da inflação compõem-se de maior complexidade, ao contrário do que dá a entender o gover-

no, que a encontra apenas na questão do lucro. Aliás, aqui cabe a observação cristalina de que sem o lucro teremos zero de investimentos; que sem indústrias produzindo teremos o desemprego em massa e a estagnação.

Parece-nos que a questão política na execução dessa fase de ajustes do plano está acima de um ponto de vista essencialmente técnico. Pelo vetor da modernização encontramos os maiores ganhos do plano, enquanto no âmbito do ajuste custos-preços-salários não vislumbramos um caminho concreto.

Estabelece-se, dessa forma, um perigoso vazio, que demonstra a ausência de

um plano global para o País. Ainda que seja urgente, o Plano Collor não poderá circunscrever-se tão somente ao combate à inflação, mas num conjunto de metas a ser alcançado que anime a sociedade nessa tarefa de reconstrução e modernização.

E isto não se pode reduzir a uma novela policialesca onde o enredo se resume a uma ensandecida caçada a um suposto vilão, com o único objetivo de eletrizar e divertir a platéia, desviando sua atenção da realidade.

* Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina e vice-presidente da CNI.